

A CONTRIBUIÇÃO DE NÍSIA FLORESTA PARA A EDUCAÇÃO FEMININA: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista¹



Esp. Luciana Martins Castro (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro)

lucianamcastro@yahoo.com.br

Resumo: Nísia Floresta desenvolveu um importante trabalho como educadora e escritora no Rio de Janeiro Imperial. Pelo seu pioneirismo na fundação de um colégio para meninas, no nível dos melhores colégios masculinos da Corte, e sua produção literária foi colocada na posição de precursora dos ideais feministas no Brasil, numa época em que a maioria das mulheres era analfabeta, Nísia era uma mulher erudita que militava pelo direito da mulher ao acesso à educação. Essas militâncias estiveram presentes em sua obra, fato que provocou desconforto na sociedade patriarcal na qual vivia. Essas reflexões contribuem para delinear o perfil da mulher no Rio de Janeiro dos oitocentos. E, a partir desse escopo, compreender as circunstâncias presentes no desenvolvimento do trabalho de Nísia Floresta.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Império. Rio de Janeiro. Nísia Floresta.

Abstract: Nísia Floresta has developed an important work as an educator and writer in Rio de Janeiro Imperial. His pioneering work in founding a college for girls, the level of the best male colleges of the Court, and his writing to pose as the forerunner of feminist ideals in Brazil. At time most women were illiterate, was a bluestocking. Nísia that militating for women's right to access to education. These militant were present in his work, a fact which caused discomfort in a patriarchal society in which he lived. These reflections contribute to delineate the profile of women in Rio de Janeiro in the nineteenth century. And from this perspective, understand the circumstances present in the development of work Nísia Floresta.

Keywords: Gender. Education. Empire. Rio de Janeiro. Nísia Floresta.

¹ Artigo recebido em 24/7/2010 e aceito em 8/10/2010.

Introdução

Nísia Floresta nasceu em 1810, em Papari, no Rio Grande do Norte, cidade que hoje recebe seu nome. Por conta da nacionalidade portuguesa do pai, Nísia residiu em Goiânia e Recife durante a juventude, sempre fugindo de manifestações populares antilusitanas que vinham ocorrendo em diversas capitais nordestinas naquele período. Aos treze anos de idade, casou-se com um proprietário de terras pouco letrado, mas abandonou o marido alguns meses depois e voltou a residir com os pais. Esse fato deu início a uma série de acontecimentos que transformaram a figura de Nísia Floresta na de uma mulher transgressora, para os padrões de seu tempo.

Quando nossa personagem contava com dezessete anos de idade, um acontecimento marcante mudou sua vida. A família naquele momento residia em Recife, e seu pai, um advogado que contrariava os interesses de poderosos de Olinda, foi assassinado a mando de um representante da elite pernambucana. Neste mesmo ano, Nísia Floresta passou a viver em companhia de Augusto, um jovem estudante de Direito de Olinda, com quem teve dois filhos.

Em 1832, a família fixou residência em Porto Alegre. Porém, no ano seguinte, esse rapaz morreu, deixando-a viúva aos vinte e três anos, quando passou a viver com os filhos, a mãe e duas irmãs, naquela capital. Durante quatro anos, após a morte do companheiro, Nísia permaneceu em Porto Alegre, onde lecionava e, numa demonstração de seu espírito revolucionário, mantinha uma relação de amizade com Anita e Giuseppe Garibaldi, até que em 1835 estourou a Revolução Farroupilha. Dois anos após o início do conflito, a situação na capital gaúcha tornou-se insustentável, obrigando Nísia a se mudar com a família. Desta vez, o local escolhido para a residência da família foi a Corte, onde fundou o Colégio Augusto, dedicado à educação feminina.

Nísia Floresta foi escritora e educadora numa época em que as mulheres viviam sob a intensa repressão de uma sociedade patriarcal, que as mantinha distantes de qualquer assunto alheio ao ambiente doméstico ou que exigisse uma reflexão mais profunda. O Colégio Augusto se mostrou pioneiro em sua proposta pedagógica, pois oferecia às meninas da Corte uma educação no nível dos melhores colégios para o público masculino.

Por conta de seu trabalho, Nísia Floresta sofreu com o preconceito da sociedade e a campanha contrária da imprensa carioca, que fazia duras críticas às propostas pedagógicas de

seu colégio, por considerar desnecessárias as disciplinas ensinadas nele. Além de educadora, Nísia era escritora, com vários livros publicados no Brasil e na Europa. Sua produção literária levantou questões consideradas tabus por aquela sociedade, como a defesa dos direitos femininos. Tema incômodo, já que estamos tratando de uma sociedade patriarcal que negava à mulher o direito a qualquer tipo de ascensão social.

Consideramos a fundação do Colégio Augusto, por sua inovação e pioneirismo, um momento de suma importância para a história da educação feminina no Brasil, pois, a partir do trabalho como educadora, Nísia teve a oportunidade de praticar aquilo que idealizava. Provavelmente por esse motivo, Nísia Floresta seja lembrada ainda hoje como precursora dos ideais feministas em nosso país.

A educação feminina no século XIX

Em 1838, recém-chegada à Corte, Nísia Floresta fundou o Colégio Augusto, na mesma Rua do Paço Imperial, a Rua Direita, centro da Capital Federal. A Instituição de Ensino fundada por Nísia propunha uma pedagogia diversa das que vinham sendo aplicadas até aquele momento. Era voltada para a educação feminina e adotava como prática pedagógica o ensino de disciplinas que, até então, estavam reservadas aos homens. Esses avanços pedagógicos propostos pelo colégio não foram bem aceitos pela sociedade imperial, que achava desnecessário que as mulheres aprendessem qualquer coisa que fosse alheia ao universo doméstico.

Verificamos que os melhores colégios da Corte não abriam espaço para a educação feminina, como é o caso do Colégio Pedro II, fundado sessenta dias antes do Colégio Augusto, e que proporcionava uma educação exemplar aos seus alunos. Vera Andrade, ao analisar a história desse colégio, trata das condições sociais em que viviam as mulheres no Império, o que talvez explique o desinteresse das autoridades pela sua educação:

A educação durante a monarquia estava ligada ao desempenho dos papéis sociais. Enquanto a educação masculina era direcionada para o exercício da cidadania e das funções públicas, a educação feminina estava voltada para as funções familiares e para a maternidade. A sociedade era pensada a partir da célula familiar, e a vida social funcionava como uma ampliação da vida doméstica. No quadro das relações sociais patriarcais, aos homens cabia formar e dirigir os núcleos familiares através da procriação, sustentação e proteção; o lugar do homem era o de administrador dos espaços privados e públicos, do micro ao macro espaço sócio-político-econômico. Às mulheres cabia o papel de reprodutoras da linhagem das famílias e zeladoras do lar; o lugar da mulher era o de esposa e mãe no âmbito doméstico e familiar, e, de forma complementar, de dama da sociedade (ANDRADE, 1999, p. 140)

Desta forma, na visão daquela sociedade, não havia motivo para dar à mulher uma educação equivalente à masculina, já que seus papéis sociais eram muito diferentes. Se a mulher fosse educada para desempenhar bem os papéis que lhe cabiam, de esposa, mãe e dama da sociedade, seria suficiente para ser considerada uma mulher instruída, enquanto o homem deveria receber uma educação que lhe possibilitasse dominar os meios sociais, políticos e econômicos. A forma limitada como a mulher era educada, sempre voltada para o modelo tradicional estabelecido pela sociedade patriarcal, é discutida por Vera Andrade:

A educação dos meninos brancos das elites e dos setores intermediários ocorria no espaço público social, aberto e voltado para a formação do cidadão e para a preparação profissional.

A educação das meninas brancas das elites ocorria no espaço privado, isto é, em oposição ao público, sendo voltada para a formação da “rainha do lar e da mãe de família”, como uma forma de refinamento dos costumes sociais. “Ler e escrever bem em português, falar francês, declamar, conhecer música, saber dançar, receber com elegância e fazer trabalhos de agulhas, tornava as moças “cultas e prendadas” e preparadas para o casamento e para a vida em sociedade. É importante destacar que a instrução feminina não representava e/ou levava, como regra geral, à emancipação da mulher, daí o acesso feminino cortado ao Imperial Colégio, padrão do ensino oficial masculino (ANDRADE, 1999, p. 139).

O objetivo de educar a mulher era apenas o de prepará-la para o bom desempenho da vida doméstica, pois naquele momento não se cogitavam conquistas sociais. Até mesmo Nísia Floresta, que se preocupou com a educação feminina durante toda a sua vida, acreditava que a mulher deveria ser educada, principalmente, para que pudesse educar seus filhos de forma satisfatória, embora acreditasse também na capacidade das mulheres em assumir responsabilidades que naquele momento eram exclusivas do sexo masculino:

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989, p. 52; 73).

Mas, apesar de não propor uma revolução imediata nos costumes, Nísia fundou um colégio voltado exclusivamente para a educação feminina, e sua proposta pedagógica inovadora permitia às meninas o aprendizado de ciências, até então reservado apenas aos meninos. Dentre as inovações, destacamos o ensino do latim, francês, italiano e inglês, com suas respectivas gramáticas e literaturas; o estudo da Geografia e História do Brasil; a prática de Educação Física e a limitação do número de alunas por turma, como forma de garantir a qualidade de ensino.

Para a sociedade da época, o que Nísia ensinava às meninas não passava de inutilidades, pois se acreditava que à mulher bastaria a alfabetização. Às meninas só se ensinava a ler, escrever, contar, os trabalhos domésticos e os de agulha. O ensino do latim era considerado indispensável aos meninos da elite, mas as meninas não deveriam ter acesso a esse tipo de cultura. Se este era o modelo vigente de educação feminina, podemos considerar que o Colégio Augusto foi pioneiro e inovador com sua pedagogia, que propunha uma educação para a mulher no nível dos melhores colégios masculinos da Corte.

Outra preocupação de Nísia era com o número inferior de meninas na escola, em relação ao número de meninos. A educadora afirmou que havia cinquenta e cinco mil estudantes no Império, sendo que, pouco mais de oito mil deles eram do sexo feminino. Essa situação é perfeitamente compreensível se considerarmos as adversidades que cercavam a questão, como o desinteresse das autoridades em proporcionar uma educação igualitária, por conta da condição social que envolvia a figura da mulher, que era considerada um ser reprodutor que não carecia de conhecimentos que ultrapassassem as necessidades do universo doméstico. Além da falta de qualidade, havia ainda a limitação quantitativa de escolas que atendiam ao público feminino e, conseqüentemente, a inferioridade no número de alunas. Um outro grave problema assolava a educação feminina: somente professoras poderiam lecionar para as meninas, e o salário dessas profissionais era inferior ao do professor do sexo masculino.

Em 1827, foi criada a primeira lei de instrução pública do Brasil. Apesar de sua concepção de educação feminina relacionar o aprendizado da mulher ao seu papel de esposa e mãe de família, temos que reconhecer que foi um avanço para a educação feminina, pois oficializava o ensino das primeiras letras para a mulher. Mas a justificativa de educar as mulheres vinha muito clara no texto da lei:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (apud PRIORI, 1997, p. 447).

Considerando a realidade educacional do Brasil Império, a qualidade do ensino no Colégio Augusto fica evidente. A pedagogia inovadora propôs o ensino de disciplinas que, na maioria das vezes, não eram ensinadas nem mesmo ao sexo masculino. Se compararmos ao tradicional Colégio Pedro II, verifica-se que, apesar de eles serem equivalentes no tocante ao pioneirismo das disciplinas ensinadas, o Colégio Augusto deu às mulheres a possibilidade de aprendê-las oitenta e oito anos antes de o Colégio Pedro II começar a admiti-las entre seus alunos.

A discussão sobre a mulher no século XIX

No século XIX, as discussões em torno da figura da mulher davam conta de sua inferioridade em relação ao homem. Ela estava alijada de qualquer possibilidade de ascensão intelectual e não tinha direito à participação efetiva em nenhum setor da sociedade, pois seu acesso se restringia ao ambiente doméstico. Com isso, se cogitava que a mulher fosse instruída com o objetivo de exercer uma profissão.

O médico italiano Cesare Lombroso se empenhou em provar a inferioridade feminina sob diversos aspectos:

Falta às mulheres inclinação especial para uma arte, ciência, profissão; elas escrevem cartas, bordam, fazem músicas; elas são sucessivamente modistas, costureiras, floristas, boas para tudo e para nada; mas elas não portam, senão raramente a marca de sua própria originalidade. Se todas ou quase todas as mulheres cozinham, os grandes cozinheiros e os mestres desta arte são os homens. Isso provém de uma menor diferenciação nas funções de seu cérebro. Sua consciência é antijurídica, antifilosófica e é inferior moral, física e intelectualmente (apud SOIHET, 1989, p. 90; 95).

As teorias do médico italiano, por falta de uma argumentação sólida, são hoje facilmente refutadas. Sabemos que não há a menor coerência em suas afirmações deterministas, que a biologia não determina o comportamento das pessoas, mas o meio social em que elas vivem e os estímulos aos quais são submetidas.

A escritora Virginia Woolf expõe a condição de inferioridade intelectual da mulher considerando o aspecto cultural:

[...] Não pude deixar de pensar, enquanto olhava as obras de Shakespeare na prateleira, que o bispo não tinha razão pelo menos nisso: teria sido possível, completa e inteiramente, a qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare. Permitam-me imaginar, já que é tão difícil descobrir fatos, o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã maravilhosamente dotada, chamada, digamos, Judith.

Sua extraordinariamente dotada irmã, suponhamos, permanecia em casa. Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele. Mas não foi mandada à escola. Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio, pegava um livro de vez em quando, talvez um de seu irmão e lia algumas páginas. Mas nessas ocasiões os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado, e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis (apud. SOIHET, 1989, p. 81).

Considerando a incoerência do determinismo biológico presente no trabalho de Lombroso, verificamos que a teoria de Virginia Wolff refuta as afirmações do médico, pois explica culturalmente as diferenças entre os sexos.

Nísia Floresta escreveu sobre a opressão feminina em seu primeiro livro, uma tradução livre de *Vindication of the Right of Woman*, de Mary Wollstonecraft, que teve seu título em português como *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. A obra contém a denúncia sobre o estado de inferioridade em que viviam as mulheres de seu tempo:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens... Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (FLORESTA, 1989, p. 35).

Nísia expôs sua insatisfação com a condição social das mulheres de sua época, ao mesmo tempo em que acusa o sexo masculino de colocá-las sob o estigma da inferioridade. Suas palavras demonstram que, apesar de não ter proposto em seus livros uma revolução nos costumes, a condição em que a mulher era colocada a incomodava.

O historiador inglês Roderick J. Barman, ao analisar essa questão, afirma que a contrariedade causada pela opressão atingia mulheres de todas as classes:

A existência de uma ordem hegemônica patriarcal de interpretações normativas teve um papel importantíssimo na formação da autonomia e da agência à disposição das mulheres do século XIX, fossem rainhas, fossem plebéias [...] Convém ressaltar que a existência do patriarcado não significava que as mulheres carecessem de autonomia e agência. Elas não eram passivas e submissas como supunha a maioria dos homens. Individualmente, às vezes questionavam o patriarcalismo, tal como fez Simone de Beauvoir em 1949, com o clássico *O Segundo Sexo*. Mas isso nunca alterou a realidade da persistência da hegemonia: os homens no domínio e as mulheres subordinadas (BARMAN, 2005, p. 20-21).

Barman ressalta que o modelo opressor vinha da Europa, mais especificamente da França, e esclarece que a situação de inferioridade não era exclusividade da mulher brasileira, mas, como quase tudo na Corte, era inspirado na cultura francesa. Vale lembrar, então, que o principal historiador francês do século XIX, Jules Michelet, afirmou que: “Sem lar nem proteção, a mulher morre” (MICHELET apud BARMAN, 2005, p. 76)

O historiador inglês discute ainda a questão de gênero e poder dentro da família imperial, quando afirma que, apesar de a Princesa Isabel ter recebido uma educação primorosa, incomum entre as mulheres da época, sentia-se inibida em empreender qualquer incursão independente ao mundo do saber, pois sua educação patriarcal ensinou-a a não competir, nem contestar seu pai. Tal incursão a teria levado a questionar os papéis tradicionais, ou inspirado a traçar sua própria trajetória como herdeira do trono. Apesar de herdeira do Império, a Princesa Isabel vivia alheia aos negócios públicos, pois seu pai não a

preparava para a função que a aguardava. Barman comenta que a atitude do Imperador se explica através da psicologia:

Ele precisava ter o controle absoluto do seu mundo tanto político como familiar. Ensinar a D. Isabel a arte de governar significava criar, em casa e no governo, um centro de poder autônomo, portanto, capaz de competir com ele e até mesmo de substituí-lo. A percepção dessa ameaça, provavelmente jamais declarada nem mesmo entendida, foi um dos fatores que o levou a excluir a herdeira dos negócios públicos (BARMAN, 2005, p. 71; 75).

Gilberto Freyre analisa o papel secundário exercido pela mulher na sociedade patriarcal do Império. Seu texto demonstra a dimensão do preconceito contra mulheres que conquistaram alguma posição de destaque naquela sociedade:

[...] não nos iludamos com a participação da mulher na vida intelectual do primeiro reinado e mesmo do segundo: o que houve foi uma ou outra flor de estufa. Tanto que Nísia Floresta seria um escândalo para a sociedade brasileira de seu tempo. [...] No Brasil quase ninguém sabe o nome da mulher de José Bonifácio ou da esposa de Pedro de Araújo Lima. Da mulher-esposa, quando vivo ou ativo o marido, não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens; quase nunca aconselhando ou sugerindo o que quer que fosse de menos doméstico, de menos gracioso, de menos gentil; quase nunca metendo-se em assunto de homem. Raras das Veridianas da Silva Prado, cuja intervenção em atividades políticas superasse a dos maridos ainda vivos: as que existiram – quase todas já no fim do tempo do Império – foram umas como excomungadas da ortodoxia patriarcal, destino a que não parece ter escapado a própria Nísia Floresta com todo seu talento e todas suas amizades ilustres na Europa [...] (FREYRE, 2004, p. 82; 224).

Com raras exceções, as mulheres eram consideradas incapazes de fazerem qualquer reflexão mais profunda. Sua figura era sempre associada às atividades mais fúteis, enquanto os homens deveriam ser os provedores da família e cuidar de todos os assuntos de maior relevância, dos quais as mulheres eram consideradas incapazes de tratar.

Freyre destaca ainda que mulheres das mais altas classes sociais viviam na mais absoluta ignorância:

[...] Nísia Floresta surgiu – repita-se – como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Trancoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia [...] (FREYRE, 2004, p. 225)

Causava estranheza quando uma mulher fugia do padrão estabelecido pela sociedade. Havia até um biótipo considerado o ideal para as *moças de família*, que deveriam aparentar fragilidade, candura. Enfim, a mulher tinha que ser inofensiva e demonstrar essa característica em sua aparência e atitude.

Em 1853, Nísia lançou seu segundo livro, *Opúsculo Humanitário*, no qual a autora recupera a história da condição feminina, da Antiguidade Clássica ao seu tempo, relacionando o desenvolvimento intelectual e material do país e o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade:

Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.

A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar a sua sorte presente (apud DUARTE, 2005, p. 209).

Mais uma vez Nísia Floresta mostra seu inconformismo com a condição das mulheres e aponta para a necessidade de uma futura mudança no quadro de desvalorização e inferioridade ao qual a sociedade as submetia.

A francesa Adèle Samson, que viveu no Rio de Janeiro no século XIX, deixou registrada num livro sua impressão sobre as condições sociais da mulher brasileira:

As brasileiras jamais saíam sozinhas às ruas...

Viviam encerradas por seus esposos no fundo de suas casas, no meio dos filhos e dos escravos, não saindo nunca senão acompanhadas para ir à missa ou às procissões [...] (SAMSON, 2003, p. 151; 153).

Em *História das Mulheres do Brasil*, no capítulo intitulado *Psiquiatria e Feminilidade*, Magali Engel relata o caso de Maria Ferreira Mendes Tourinho, que nutria enorme gosto pelos estudos, porém, após o casamento e a chegada dos filhos, foi obrigada a abandoná-los. A mulher ficou profundamente frustrada, pois não se ajustava à imagem de mãe ideal. Além disso, dissociava o desejo sexual da finalidade reprodutora. Maria, que não se enquadrava no ideal de mulher reprodutora e mãe de família, estabelecido pela sociedade, sofreu tanto por não corresponder ao que a sociedade esperava dela, que terminou seus dias num hospital psiquiátrico.

A doença mental era diagnosticada pela medicina nos casos de conduta em desacordo com os padrões sociais de sexualidade, condutas individuais ou coletivas que dissessem respeito a questões religiosas, políticas ou sociais.

Encontramos no romance *A Moreninha* uma alusão ao livro de Mary Wollstonecraft. O personagem do romance comenta ironicamente que sua acompanhante havia lido a obra e que defendia o direito das mulheres:

[...] o meu lindo par se levanta do banco de relva em que descansava; vou tomar-lhe o braço; tenho-me singularmente me divertido: a bela senhora é filósofa! [...] faze idéia! Já leu Mary Wollstonecraft e, como esta defende o direito das mulheres, agastou-se comigo, porque lhe pedi uma comenda para quando fosse ministra de Estado, e a patente de cirurgião do exército, no caso de chegar ela a ser general; mas, enfim, fez as pazes, pois lhe prometi que, apenas me formasse, trabalharia para encartar-me na Assembléia provincial e lá, em lugar das maçadas de pontes, estradas e canais, promoveria a discussão de uma mensagem ao governo geral, em prol dos tais direitos das mulheres [...] (MACEDO, 2005, p. 73).

Entendemos que as mulheres não consideravam natural a condição à qual eram submetidas pela sociedade em geral. Calavam-se porque havia um consenso social sobre o papel que deveriam desempenhar, e o sentimento de impotência diante de um conceito estabelecido pela sociedade não favorecia a tomada de atitudes. Isso fica claro no discurso de Nísia Floresta e Adèle Samson, que foram contemporâneas na Corte. Ambas comentam a condição feminina de forma crítica.

Porém, não percebemos o mesmo caráter crítico quando se trata do comentário de Joaquim Manuel de Macedo, autor do livro *A Moreninha*. O escritor trata o fato de uma mulher defender os direitos femininos num tom irônico, o que demonstra que havia diferentes percepções sobre a forma como viviam as mulheres no Império, dependendo do sexo de quem comentasse o fato.

Os positivistas cultuavam a figura da mulher, afirmavam que era superior moral e afetivamente. Entretanto, esse culto deveria ser doméstico, pois pregavam que a mulher deveria viver para outrem, ou seja, somente para a família. O Positivismo angariou a simpatia de muitas mulheres, inclusive de Nísia Floresta, por conta de sua crença na educação igualitária para homens e mulheres. Mas há profundas diferenças entre a filosofia de Auguste Comte e os ideais de Nísia, já que esta lutou pela valorização e respeito social para as mulheres, além do acesso à educação, enquanto os positivistas tratam a mulher, praticamente, como uma divindade que deve ser cultuada no lar, e deve se restringir àquele cenário.

Várias vertentes intelectuais do século XIX discutiram a situação feminina. Contudo, consideramos as afirmações do médico Tito Lívio de Castro como um contraponto ao pensamento lombrosiano, pois, apesar de afirmar a inferioridade mental da mulher, conclui que isso se deve a fatores culturais, pela falta de oportunidade educacional:

Não há razão biológica, uma única que torne o sexo causa ou obstáculo do desenvolvimento mental [...] não há razão alguma fisiológica para que a mentalidade de um sexo não evolua quase tanto como a de outro, não evolua mesmo tanto como a de outro. A fisiologia contesta absolutamente a impressão transmitida ao cérebro pelos órgãos de outro sexo. Fora preciso que o ovário tivesse sobre o cérebro uma ação inibitória, e o testículo uma ação dinamogênica para que a mentalidade feminina fosse incapaz de evoluir. A grande diferença de mentalidade entre os dois

sexos tem sua razão de ser na educação sistemática dos dois sexos (apud SOIHET, 1989, p. 132).

Embora as ideias do médico sejam ultrapassadas, já que acreditava que a educação proporcionaria uma evolução mental que poderia ser transmitida hereditariamente, várias de suas afirmações são de extrema atualidade. Tito Lívio afirmava ainda que a educação que a mulher recebia era alienante, pois enchia sua mente de futilidades. Infelizmente, suas ideias não encontraram eco entre a maioria de seus contemporâneos.

Na concepção de Gilberto Freyre, havia motivos psíquicos para que o homem mantivesse a mulher num patamar inferior ao dele. Assim, ele continuaria sendo o sexo forte, e ela o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. Então, tratamos mais uma vez da questão do estereótipo, do padrão estabelecido na aparência e nas atitudes. A aparência deveria ser franzina, quase doente. A mulher não deveria ser vigorosa, nem ágil, para que não se aproximasse da figura masculina. Para Freyre, esta preferência acontece para afastar uma possível concorrência da mulher nos domínios econômicos e políticos, que caracterizavam a estrutura patriarcal.

A mulher mantida no ambiente doméstico, sem acesso à educação, com aparência e atitudes frágeis era o ideal da sociedade patriarcal do Império, pois assim essa mulher não ofereceria risco ao domínio masculino no ambiente público nem no privado, garantindo a manutenção do homem no controle da sociedade.

A defesa dos direitos das mulheres

O principal foco da militância de Nísia Floresta sempre foi a defesa dos direitos femininos, principalmente a defesa do direito ao acesso à educação. Foi essencialmente a esta luta que ela dedicou sua vida e seu trabalho, como educadora e escritora. Desde sua estreia na literatura, em 1831, no *Jornal Espelho das Brasileiras*, de Pernambuco, Nísia escrevia sobre a condição feminina em diversas culturas antigas:

[...] seria impossível abranger nos limites dessa folha todas as ações ilustres praticadas pelas senhoras romanas, nessa época feliz; todavia é do nosso dever citar para honra do sexo feminino, e confusão de seus injustos detratores, os principais feitos dessas verdadeiras heroínas, cujo patriotismo provou a que ponto as mulheres, sem jamais se intrometerem na repartição dos homens, podem ser úteis nas crises, que ameaçam a segurança do estado (FLORESTA apud DUARTE, 1995, p. 23)

Para a publicação de seu primeiro livro, Dionísia Gonçalves Pinto adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Essa primeira obra literária é *Direitos das*

Mulheres e Injustiça dos Homens, publicado em 1832. Seu segundo livro sobre o tema foi *Opúsculo Humanitário*, de 1853.

Percebemos uma mudança ideológica no pensamento de Nísia entre as duas obras que tratam da defesa dos direitos das mulheres. Na primeira, Nísia é clara ao rejeitar qualquer mudança radical na estrutura social vigente, como no trecho a seguir:

De quanto tenho dito até o presente não tem sido com a intenção de revoltar pessoa alguma do meu sexo contra os homens, nem de transformar a ordem presente das coisas, relativamente ao governo e autoridade. Não, fiquem as coisas no seu mesmo estado [...] (FLORESTA, 1989, p. 89).

Na verdade, não há como saber se essa proposta de manutenção da estrutura social era realmente ideológica ou se era uma forma de tentar amenizar suas críticas ao modelo vigente. O fato é que, vinte e um anos depois, vivendo na Europa, Nísia muda o tom de seu discurso em defesa das mulheres. Em seu segundo livro sobre o assunto, ela é mais contundente em suas críticas, chegando a afirmar que:

Não poderá haver no Brasil uma boa educação da mocidade, enquanto o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado [...] quanto mais ignorante é um povo, mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder (FLORESTA, 1989, p. 60 e 111).

Em 1847, num discurso proferido na formatura de suas alunas do Colégio Augusto, Nísia faz algumas afirmações que nos esclarecem a respeito da educação proposta por ela para as mulheres. Em primeiro lugar, percebemos que Nísia valorizava a educação moral, além da intelectual:

[...] aquelas dentre vós, que concluindo hoje a vossa educação, voltai ao seio de vossas famílias, e ides entrar em um mundo, onde tudo temo por vós! Jovens, muito jovens ainda para tendes refletido nas vantagens da austera moral, que se vos tem aqui procurado ensinar, vossos sentidos, e talvez vossos corações achar-se-ão surpreendidos aos primeiros sons, que a corda da lisonja vibrar, e magicamente ecoar em vossa sensibilidade! Então todas lições serão perdidas, se vos escutardes com Égide da modéstia. Que sendo a mais bela e aromática flor, das que compõem a coroa da virtude, dá às qualidades da mulher o verdadeiro realce, que a torna no mundo de todos apreciada [...] (*Discurso que a suas educandas dirigiu*, FLORESTA, 1847)

Não se deve dissociar o pensamento, por vezes, questionador de Nísia Floresta, da realidade social em que vivia. Numa sociedade patriarcal, na qual a valorização e o respeito social eram praticamente nulos para a mulher, qualquer conquista deveria ser considerada uma grande vitória, mesmo que a valorização venha por meio da estrutura tradicional, que infligia à mulher a obrigação de viver para outrem. Considerando sua condição de desvantagem em relação ao universo masculino, no fim do século XIX, foi considerada uma conquista o fato de a mulher deixar de ser a *escrava doméstica* e passar a ser vista como a

rainha do lar. Surgia uma nova clausura, mas não podemos negar que foi um avanço. Portanto, é preciso lembrar que Nísia estava inserida nessa sociedade, e que seu pensamento foi construído a partir de conceitos e preconceitos, inevitavelmente, arraigados. Um outro trecho de seu discurso a suas educandas nos mostra que seu pensamento, por vezes, estava em consonância com a realidade de sua época:

A mulher, sendo destinada pelo criador, para amenizar existência de seu semelhante, tem para com Aquele contraído a mais sagrada das obrigações, a de bem desempenhar essa sublime missão, de cujos resultados depende a felicidade de sua vida, e a de sua posteridade. (*Discurso que a suas educandas dirigiu*, FLORESTA, 1847)

Para Nísia, a tarefa da mulher era árdua, sua formação deveria abranger vários níveis de aprendizado, como a educação moral, intelectual e religiosa. A mulher deveria ser um exemplo de virtude. Talvez, em sua concepção essa fosse a forma mais fácil de alcançar o respeito e a valorização social. A permanência do sistema vigente, e ao mesmo tempo a ruptura dele, comprovariam que as mulheres poderiam desempenhar de forma eficiente papéis diferentes daqueles que lhes vinham sendo impostos, além de cumprir com todas as suas tarefas cotidianas de forma satisfatória. Contudo, em seu discurso, Nísia não se esquece do aconselhamento intelectual, já que esse era o diferencial proposto para a educação de suas alunas:

[...] não inutilizeis os esforços, que pela vossa educação se tem feito, deixando-vos de aplicar ao estudo de bons livros nas horas vagas, que vos ficarem de um trabalho proveitoso, com o qual deveis procura entreter o vosso espírito, a fim de que a ociosidade não o venha assaltar com os seus terríveis efeitos, e torná-lo incapaz de uma virtude, pela qual chegareis ao apogeu da felicidade. O sublime Fenelon compreendeu bem essa felicidade, quando disse: ‘A ignorância de uma donzela é causa de que ela se ache muita vez nesse estado indefinível fastio do mundo, no qual não sabe em que se deva ocupar inocentemente. Quando ela chega a uma certa idade, sem aplicar-se a cousas sérias, não pode ter um gosto, nem estima para com elas; tudo o que é sério lhe parece triste; tudo o que demanda uma atenção constante, a fatiga; a inclinação aos prazeres, tão forte, durante a mocidade; o exemplo das pessoas de sua idade, engolfadas aos divertimentos, tudo serve de lhe fazer temer uma vida bem regulada e laboriosa. (*Discurso que a suas educandas dirigiu*, FLORESTA, 1847)

No fim de seu discurso Nísia recomenda às suas alunas a prática da *Santa Religião*. O Colégio Augusto, apesar de inovador, conservava muitas das práticas tradicionais dos colégios do império, pois a educadora oferecia disciplinas que atendiam aos anseios da sociedade patriarcal, além daquelas inovadoras para a educação feminina, conforme artigo publicado na ocasião de sua inauguração.

D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na Rua Direita nº 163, um

colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança [...] (JORNAL DO COMMÉRCIO, 31 de janeiro de 1838)

Constância Duarte cita Gilberto Freyre quando nos aponta para a realidade feminina dos oitocentos, contrastando com as ideias e atitudes de Nísia Floresta. Pois, se considerarmos o abismo entre os hábitos impostos pela sociedade àquelas mulheres, e o pensamento *nisiano*, perceberemos a dimensão do pioneirismo de sua militância:

Num tempo em que as sinhás nacionais, segundo o velho ditado português só deveriam sair de casa três vezes: a batizar, a casar e a enterrar – e se afundavam, de cabeção e chinelos, na intimidade do serralho das mucamas, a engordar e fazer rendas, neste tempo, Nísia Floresta era feminista (apud DUARTE, 1995, p. 165)

O caráter questionador de Nísia fica claro ao analisarmos alguns aspectos de sua vida, como sua amizade com Anita e Giuseppe Garibaldi, na época em que viveu em Porto Alegre.

Ainda que de forma comedida, a escritora abordou temas polêmicos que a tornaram uma figura considerada perigosa para o império. Constância Duarte trata dessa característica de Nísia: “Uma das primeiras mulheres a publicar na grande imprensa brasileira, Nísia Floresta abalou as estruturas da sociedade patriarcal do século XIX ao defender a valorização da mulher” (DUARTE, 2005, p. 53).

Em 1849, Nísia Floresta se mudou para a Europa, alegando que o motivo era um tratamento de saúde de sua filha. Porém, houve várias insinuações sobre o verdadeiro motivo da mudança, que creditavam ao fato de Nísia contrariar os interesses do imperador. Um artigo do Correio da Manhã, em 14 de setembro de 1954, trata do assunto:

Dr. Soares teria agido assim por insinuação de pessoas interessadas em afastar Nísia Floresta do Brasil. Uma mulher que pregava o feminismo, a abolição e a República, em 1849, devia constituir naturalmente algo de incômodo para a segurança da ordem no Brasil Imperial, ainda sob o impacto de tantas guerras civis. Nísia Floresta seria vista como uma agitadora perigosa nessa sociedade escravocrata, em que as mulheres também viviam numa espécie de escravidão, sob o signo do regime patriarcal (apud DUARTE, 1995, p. 37).

Nísia Floresta é considerada a precursora dos ideais feministas no Brasil. Desde o início de sua carreira literária, a defesa dos direitos femininos foi o tema mais recorrente em sua obra. E trazer esse tema polêmico à tona naquela sociedade patriarcal deve ter gerado a insatisfação de muitos, principalmente após a inauguração do Colégio Augusto, que punha em prática as reivindicações de Nísia com relação à educação feminina. Por esse motivo, a

educadora começou a sofrer com a campanha contrária dos jornais cariocas, que consideravam as propostas educacionais do Colégio avançadas e inadequadas: “[...] Trabalhos de língua não faltaram, os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos” (O MERCANTIL, 2 de janeiro de 1847)

Os jornais eram implacáveis quando o assunto era a pedagogia proposta pelo Colégio Augusto. As disciplinas ensinadas por Nísia eram consideradas desnecessárias para a educação de uma menina, como insinua o artigo de *O Mercantil*:

[...] Há casas de educação que têm o mau gosto de ensinar às meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas parece que D. Augusta acha isso muito prosaico. Ensina-lhes latim. E porque não grego e hebraico? Pobre diretora! Está tão satisfeita de si mesma e de seu colégio; está tão intimamente persuadida que é o primeiro estabelecimento de instrução do império, que, em verdade causa dó arrancar-lhe tão suave ilusão!...É pois natural que D. Nísia que nunca viu senão o próprio colégio o ponha acima dos demais. Há mais nesta opinião mais ingenuidade do que vaidade. Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece um tanto do verdadeiro fim da educação, que é o de adquirir conhecimentos úteis e não vencer dificuldades, sem nenhuma utilidade real (O MERCANTIL, 17 de janeiro de 1847).

A figura de Nísia Floresta esteve sempre envolta em polêmicas e preconceitos. Sua ousadia em defender uma mudança na estrutura de uma sociedade patriarcal, que via a mulher como um ser inferior, lhe custou um alto preço. O maior deles foi ser obrigada a viver longe de seu país, pois, a partir de 1849 foi viver na Europa, onde suas ideias liberais eram acolhidas com maior receptividade, já que no Brasil não havia mais espaço para que pudesse expor seu pensamento.

Em sua terra natal, o Rio Grande do Norte, todo tipo de história surgiu a seu respeito. Foi taxada de indecorosa. Os conterrâneos se envergonhavam de terem a mesma origem de Nísia. Essa situação perdurou mesmo após sua morte, em 1885, de acordo com Constância Duarte, em seu 1º capítulo de *Nísia Floresta: Vida e Obra*.

Acreditamos que o preconceito e a difamação relegaram Nísia Floresta, praticamente, ao anonimato, já que apesar de sua importância social, principalmente com relação à história de luta pelos direitos femininos, sua obra é muito pouco conhecida no Brasil. Seu nome é quase que completamente desconhecido, pois não havia interesse de seus contemporâneos em preservar sua memória. Ao contrário, queriam esquecer a mulher que incomodava aquela sociedade, que militava por causas que não interessavam que fossem trazidas à discussão. Manter viva a memória de uma mulher que ousou questionar as estruturas de uma sociedade patriarcal não era interessante.

Sua partida para a Europa, onde viveu o resto de sua vida, contribuiu para mantê-la apagada da memória dos brasileiros. Entretanto, paradoxalmente, os mesmos motivos que a

mantiveram longe de seu país, ajudaram a difundir seus ideais entre a intelectualidade europeia, sua ousadia e seu pensamento liberal. Então, a tentativa de apagar sua memória no Brasil, acabou sendo frustrada pela acolhida que suas ideias tiveram na Europa, onde Nísia produziu uma extensa obra literária.

Mas, apesar de seu nome ter sido mantido no ostracismo, Nísia Floresta hoje é lembrada pelos estudiosos pelo pioneirismo de seu colégio, de sua obra literária e de sua militância, principalmente quando se trata da defesa dos direitos femininos. Esse pioneirismo foi um dos primeiros passos dados em direção às conquistas da mulher na sociedade, já que Nísia reivindicava principalmente o direito ao acesso à educação, mas nas gerações seguintes surgiram outras vozes clamando por direitos políticos, civis e econômicos.

Considerações finais

Neste momento, verificamos o pioneirismo do Colégio Augusto com relação aos demais que funcionavam na Corte. Constatamos que havia estabelecimentos de ensino que se equiparavam qualitativamente ao Colégio Augusto, porém não admitiam meninas entre seus alunos, como era o caso do Colégio Pedro II, que só começou a admiti-las oitenta e oito anos depois da instituição dirigida por Nísia. Por isso, podemos considerar a fundação do Colégio Augusto como um marco para a história da educação feminina no Rio de Janeiro.

Nísia Floresta militou pelo direito da mulher ao acesso à educação. Enquanto vivia no Brasil, essa militância foi discreta, mas após sua mudança para a Europa, mostrou seu verdadeiro caráter questionador, que expunha suas ideias de forma clara. Acreditamos que o Brasil, de alguma forma, inibia Nísia. Certamente, o contato com as ideias liberais europeias provocaram um amadurecimento em seus ideais e em sua produção literária.

O nível educacional das mulheres na Corte era muito baixo. A maioria delas não saía sequer da condição do analfabetismo, pois a maior preocupação das famílias era formá-las para desempenhar bem os papéis que lhes cabiam, de esposa, dona-de-casa e mãe, uma vez que bastaria esse aprendizado para arranjar um casamento, que era uma condição primordial para que a mulher estivesse integrada à sociedade. Os homens recebiam uma educação superior à feminina e detinham o poder social, portanto, dominavam os espaços públicos e privados, enquanto a mulher estava limitada à maternidade, necessária para manter a linhagem do marido.

Em geral, a mulher da sociedade imperial, ao contrário da ideia corrente, não estava conformada com sua condição de desvantagem com relação ao universo masculino. O que

ocorria com ela era a impossibilidade de se manifestar, já que não tinha voz ativa. À mulher não era permitido expor seu pensamento, ela deveria se submeter às vontades do pai e depois do marido. Além de se calarem, deveriam ainda demonstrar fragilidade, timidez e submissão. Este era o estereótipo da moça de *boa família*. Não foram poucas as vezes que as que tentaram fugir dos padrões estabelecidos pela sociedade acabaram seus dias em hospitais psiquiátricos, uma vez que era mais fácil atribuir qualquer reação feminina à loucura, que à insatisfação com os papéis que lhe impunham, o que demonstra insegurança do mundo masculino que, ao sentir qualquer ameaça ao monopólio do poder, reagia a fim de neutralizá-la.

Essas condições desiguais entre os sexos, que desfavoreciam sempre as mulheres, potencializam o mérito do trabalho de Nísia Floresta, pois, quando apresentamos situações que envolvem mulheres do período imperial e a militância de Nísia, parecem tratar-se de dois universos diferentes, o que nos indica que havia um abismo entre a realidade da maioria das mulheres da Corte e a de Nísia Floresta. Seu papel questionador cumpriu o objetivo, ainda que discreto, de abalar as estruturas sociais do império, pois, se ela incomodou de alguma forma aquela sociedade, provavelmente, em algum momento provocou polêmica e reflexão acerca de seus posicionamentos.

Referências

1) Fontes

a) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Jornal do Comércio - 31 de janeiro de 1838 – Cód. PRC – SPR 1.
Anúncio sobre a fundação do Colégio Augusto.

Jornal O Mercantil – 02 e 17 de janeiro de 1847 – Cód. PR – SOR 163 (1-7)
Campanha contrária ao Colégio Augusto.

Discurso que a suas educandas dirigiu N. F. B. Augusta - 18 de dezembro de 1847 – Typ. Imparcial de F. de Paula Brito, Rio de Janeiro – Cód. 040/A941p.
Discurso proferido por Nísia Floresta na formatura de suas alunas no ano de 1847.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Atual, 1989. Localização: IV-316,3,17. Livro publicado por Nísia Floresta em 1853, que trata do preconceito contra a mulher e dos erros cometidos na sua formação educacional.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. São Paulo: Cortez, 1989. Localização: I-67,5,44. Livro publicado por Nísia Floresta em 1832. É uma tradução livre do livro *Vindication of the Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft, que trata da denúncia do estado de inferioridade em que se encontravam as mulheres de seu tempo.

b) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Almanaque Laemert – 1847 e 1848.
Traz um anúncio sobre o Colégio Augusto.

Colégio Pedro II - Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM)
Decreto de 2 de dezembro de 1837. Fundação do Colégio Pedro II.

2) Bibliografia

ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de e NOVAIS, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Nísia Floresta: mulher e educadora no Brasil imperial. **Encontros**: Revista do Departamento de História do Colégio Pedro II, nº3, março, 2004, p. 57-66.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II** – um lugar de memória. Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado, 1999.

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (org.). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ASSIS, Machado de. **Helena**. Rio de Janeiro: Rovel, 2008.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: UNESP, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 1997.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Natal: UFRN, 1995.

_____. (org.). **Cartas: Nísia Floresta e Auguste Comte**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. *De Papari para o Mundo*. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, nº 6, dezembro, 2005, p. 53-56.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. **O Rio de Janeiro imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis: EDUNISC, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Vida social no Brasil nos meados do Século XIX**. Recife: Massangana, 1985.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelo direito da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: EDUNISC, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEITE, Miriam. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LOBO, Yolanda e FÁRIA, Lia. **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2001

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

O COLÉGIO PEDRO II NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (1927-1937). Rio de Janeiro: Tipografia Alba, de Moreira, Cardoso e Freitas, 1937.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita, SOIHET, Rachel e MATOS, Maria Izilda S. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SAMSON, Adèle Toussaint. **Uma parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.

SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil imperial: 1822 – 1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002